

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

ENOE CRISTINA AMORIM RODRIGUES

ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990: VERDADES E FALÁCIAS

Porto Alegre

2009

ENOE CRISTINA AMORIM RODRIGUES

ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990: VERDADES E FALÁCIAS

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à
Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Gilberto Scarton

Porto Alegre

2009

À minha mãe, que sempre acreditou em mim e ao professor Gilberto Scarton, que não poupou esforços para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

O presente trabalho aproveita o momento em que o Acordo Ortográfico de 1990 está sendo amplamente discutido e faz um levantamento de falácias presentes em textos relativos ao Acordo e critica as ideias falaciosas com base nas ciências da linguagem. O trabalho analisou textos disponibilizados em sites especializados ou não e, a seguir, o trabalho foi dividido em categorias, conforme cada assunto selecionado, com o objetivo de desfazer concepções errôneas sobre língua e ortografia, criadas pelo fácil acesso a diversos textos de diversas autorias.

A partir das leituras e análises, observa-se que o medo do novo, o desconhecimento da história da ortografia e o sentimento nacionalista são as causas da maioria das falácias. No entanto, o trabalho admite que o Acordo de 1990 não é perfeito, mas isso não é justificativa para que ideias acientíficas acerca da linguagem possam ser proferidas e disponibilizadas facilmente para o grande público, pois as pessoas interessadas na questão ortográfica também ficarão dotadas de ideias errôneas acerca da linguagem. O trabalho também mostra que o Acordo Ortográfico de 1990 teve o mérito de colocar a língua na pauta das discussões de especialistas e não especialistas.

Palavras-chave: Acordo Ortográfico. Falácias. Ortografia.

RESUMEN

Este trabajo aprovecha el momento en que el Acuerdo Ortográfico de 1990 está siendo muy discutido y hace un análisis de falacias presentes en textos relativos al Acuerdo y critica las ideas falaces basándose en las ciencias del lenguaje. En el trabajo hemos analizado textos disponibles en diversas direcciones electrónicas, dividiéndolo en categorías conforme cada asunto seleccionado, teniendo como objetivo deshacer concepciones erróneas sobre lengua y ortografía, creadas por el fácil acceso a diversos textos de variadas autorías.

A partir de lecturas y análisis, se ha observado que el miedo de lo nuevo, el desconocimiento de la historia de la ortografía y el sentimiento nacionalista son las causantes de la gran parte de las falacias. Sin embargo, el trabajo admite que el Acuerdo de 1990 no es perfecto, pero eso no puede ser justificatiba para que las ideas acientíficas sobre el lenguaje puedan ser proferidas y disponibles fácilmente para el gran público, pues las personas interesadas en la cuestión ortográfica también se quedarán dotadas de ideas erróneas acerca del lenguaje. El trabajo también enseña que el Acuerdo Ortográfico de 1990 tuvo el mérito de colocar la lengua en pauta de las discusiones de expertos y no expertos.

Palabras clave: Acuerdo Ortográfico. Falacias. Ortografía.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro histórico da ortografia portuguesa:	17
Quadro 2 – Sequências consonantais facultativas:	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TEMA	8
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	8
3 METODOLOGIA	9
4 OBJETIVOS	10
5 JUSTIFICATIVA	11
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6.1 BREVE HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	12
6.2 CRITÉRIOS DA ORTOGRAFIA.....	18
7 ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990: POLÊMICAS E FONTE DE FALÁCIAS	21
7.1 FACULTATIVIDADE	23
7.1.1 Opiniões.....	23
7.1.2 Comentários	24
7.2 ORTOGRAFIA: IDENTIDADE NACIONAL	29
7.2.1 Opiniões.....	29
7.2.2 Comentários	30
7.3 A CONVENCIONALIDADE.....	33
7.3.1 Opiniões.....	33
7.3.2 Comentários	33
7.4 A INDISPENSABILIDADE DA ACENTUAÇÃO.....	35
7.4.1 Opiniões.....	35
7.4.2 Comentários	36
7.5 O ABRASILEIRAMENTO DO PORTUGUÊS.....	38
7.5.1 Opiniões.....	38
7.5.2 Comentários	38
8 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A questão ortográfica tem uma história conturbada, principalmente ao longo do século XX, repleta de acordos e desacordos, de idas e vindas. Além disso, é a questão mais polêmica da língua, a que a mais acirrou os ânimos deste e do outro lado do Atlântico.

Com efeito, o Acordo 1990 – e os demais, como o de 1986 – mobilizou a opinião de especialistas e de não especialistas; da ciência e do senso comum; de escritores e de blogueiros; de políticos, estudantes de Letras e de falantes em geral. Assunto do momento, portanto.

Não bastasse, é também fonte de número significativo de falácias – ideias errôneas, distorcidas, infundadas e acientíficas acerca do fenômeno da linguagem, acerca, inclusive, da língua. É deste assunto que trata a presente monografia, que tem como um dos objetivos principais desfazer ideias falaciosas acerca do fenômeno da linguagem.

As falácias aqui abordadas dizem respeito à facultatividade de grafias; à ortografia como identidade nacional; à convencionalidade da ortografia; à indispensabilidade da acentuação gráfica; e o chamado abasileiramento do português.

Depoimentos falaciosos acerca das categorias acima mencionadas foram coletados em pesquisas e aqui transcritos e comentados.

2 TEMA

Acordo Ortográfico 1990.

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Análise de falácias presentes em textos relativos ao Acordo Ortográfico de 1990.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho intenta proceder à identificação de falácias geradas pelo Acordo Ortográfico de 1990, e implementado, por decreto, no Brasil, somente em 2009.

Para tanto, foram lidos artigos disponibilizados em sites, blogs, revistas e livros relacionados ao assunto. A sistematização das falácias foi realizada mediante análise de conteúdo. A partir de tal procedimento, chegou-se a cinco categorias: *facultatividade; ortografia: identidade nacional; a convencionalidade; a indispensabilidade da acentuação e o abasileiramento do português.*

Em cada categoria estabelecida, constam registros do que foi dito sobre o assunto e, logo a seguir, contestações com fundamentação linguística, contrastando, assim, o discurso, do senso comum e o da ciência da linguagem.

4 OBJETIVOS

- Proceder a levantamento de falácias relacionadas à questão ortográfica, a partir de materiais que tratam do Acordo Ortográfico de 1990;
- Sistematizar as falácias em categorias;
- Criticar as falácias com base nas ciências da linguagem;
- Desfazer concepções errôneas sobre língua.

5 JUSTIFICATIVA

A presente monografia tem ampla justificativa pelo fato de o Acordo Ortográfico de 1990 ter mobilizado a opinião de linguistas, escritores, políticos, blogueiros, estudantes de Letras e falantes da Língua Portuguesa em geral; em suma, de especialistas e de não especialistas no assunto.

Trata-se, efetivamente, da questão mais polêmica da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico, apesar de somente ser obrigatório a partir de 2013, já era o assunto do momento mesmo antes de ser implementado por decreto em 2009. Ressalte-se que o assunto é de grande relevância social, educacional e pedagógica, por envolver questões ligadas à língua, a hábitos internalizados.

O trabalho intenta desfazer concepções errôneas sobre língua, combater falácias a partir de análise de artigos encontrados em blogs, revistas e livros, uma vez que, ao se abordarem aspectos pertinentes à ortografia, vem à tona um conjunto significativo de outros conceitos ou aspectos linguísticos que merecem ser esclarecidos, comentados, debatidos, a fim de que se tenha concepções científicas sobre a língua, fato que contribui de maneira expressiva para a complementação dos estudos realizados na Faculdade de Letras.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 BREVE HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Considera-se oportuno, dado o tema desta monografia, historiar a evolução da ortografia da nossa língua, contextualizando-se, assim, na história, o assunto abordado. Vale acrescentar, também, que o conhecimento de aspectos históricos torna-se relevante para compreender os ânimos alterados dos portugueses e de alguns brasileiros, além de nos fazer perceber que o desentendimento não é atual quando se fala de língua, de ortografia. Devido ao grande número de falantes nos países de Língua Portuguesa e, também, devido às variantes regionais, as reformas na nossa língua são bastante problemáticas.

Feitas as considerações acima, traça-se agora o histórico resumido de nosso regime ortográfico. Um dos primeiros autores a periodizar a evolução da ortografia foi Coutinho. Segundo ele, a história da ortografia se divide em três períodos: o fonético, o pseudoetimológico e o simplificado (Coutinho, 1969).

No fonético, que vai do século XII ao século XVI e que coincide com o período arcaico da língua, as palavras eram grafadas como a pronúncia, sem sistematização criteriosa. A língua era escrita para o ouvido.

Quanto a esse particular, no entanto, cumpre fazer a ressalva formulada por Bechara:

Por isso, não se deve entender ao pé da letra que o início do sistema gráfico das línguas românicas – português, inclusive – era “fonético”; a denominação deve entender-se tão-somente como diferente do excesso etimologizante que iria caracterizá-lo sob o influxo do Renascimento, entre os séculos XIV e XVI. (Bechara, 2009, p.11)

Vem a propósito, para melhor esclarecer a natureza da ortografia dessa época, exemplificar com o texto que segue (aproximadamente do século XV):

De Pae'Soarez

Quando se fooy meu amigo,
 jurou que cedo verria;
 mais pois non vem falar migo,
 por em, por Santa Maria,
 nunca me por El rrogedes,
 ay donas, ffe que devedes!

quando se foy, fez-me preyto

que sse verria muy cedo,
 e mentiu-me: Tort'á feito:
 e poys de min non á medo,
 nunca me por El rrogedes
 ay donas, ffe que devedes!

O que viste que dizia
 ca andava namorado,
 poys que non veo o dia
 que lh'eu avia mandado,
 nunca me por ele rrogedes
 ay donas, ffe que devedes! ¹

Um pouco mais próximo de nossa época está o texto de Pero Vaz de Caminha:

E quando levantaram a Deus que nos posemos em gíolhos. eles se poserã todos asy coma nos estávamos cõ as mãos levantadas. e em tal maneira asesegados que certefico a vossa alteza que nos fez mujta devaçom./esteverã asy conosco ataa acabada a comunhã. E depois da comunham. Comungaram eses rreliogiosos e sacerdotes e o capitã cõ alguũs de nos outros./algũs deles por o sol seer grad e e nos estando comungando alevantarãsse e os outros esteverã e ficarom./aquele em nos asy estamdo ajumtava aqueles que aly ficaram e ajnda chamava outros./este andando asy antre eles falando lhes acenou co o dedo pera o altar e depois mostrou o dedo pera o ceo como lhes dizia alguua cousa de bem e nos asy o tomamos./acabada a missa tirou o padre a vestimenta de cyma e ficou na alva asy se sobio jumto co ho altar em trãcaadeira e aly nos preegou do avamjelho e dos apostolos cujo dia oje he trautãõ da preegaçom deste voso prosegujmeto ta danto e vertuoso que nos causou majs devaçam/ eses qãa preegã senpre esteveram estavã asy coma nos olhando pera ele./e aqle que digo chamavãisalgue viesem pera aly./alguũs vynhã e outros hiamse e acabada a preegagaçom. trazia Nycolao Coelho mujtas cruces d'estanho com cruçufiços que lhe ficarom ajnda da outra vijnda e ouverã por bem que lançassem a cada ãusua ao pesçoço.²

Sucedeu-se ao período fonético o etimológico, que perdurou até o fim do século XIX. Duplicaram-se as consoantes intervocálicas e passou-se a utilizar símbolos da etimologia grega a pretexto de uma aproximação artificial com o grego e com o latim, critério que contrariava a própria evolução das palavras. Exemplo:

E a hua mulher que he já de dias chamamos-lhe auellada, tomado das castanhas quasi setfcas, & para expedir a casca. K dizemos viuer depressa o que se mette em muitos perigos, & arrisca a vida, tomado dos que correm ou andãõ depressa per lugares de que podem cair ou embicar. E dizemos viuer a olho por os homès que viuem sem ordem, tomado dos que vendem

¹ VASCONCELLOS, José Leite de. *Textos Arcaicos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1959, p. 20.

² CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: LP&M, 1996, p. 56-57.

a carne a olho ou aa enxerga, f. sem peso & sem medida. Estas maneiras de fallar que os Latinos tem em muito, quando se perseuera muito nellas não se apartando do sentido metaphorico, em que começarão, he tam frequente aos Portugueses, que algus estarão muito espaço de tempo, fallando sempre metaphoricamente, sem se mudar da mesma metaphora.³

O terceiro período, o científico, coincide com a renovação dos estudos linguísticos em Portugal. Surge Gonçalves Viana, foneticista, que depois de algumas tentativas, consegue apresentar um sistema racional de grafia, com base em seus sólidos conhecimentos da fonética e da fonologia de nossa língua.

Viana escreveu, em 1904, a obra *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Tal obra incentivou o Governo português a nomear, em 1910, uma comissão formada por importantes linguistas da época – Carolina Michaelis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, entre outros – com o objetivo de simplificar e normatizar a ortografia. A reforma, concluída em 1911 e tornada oficial em 1920, foi profunda, pois a (orto)grafia da época foi significativamente modificada.

Segundo Scarton (2009), é importante observar que a primeira reforma ortográfica da Língua Portuguesa foi feita unilateralmente, sem a colaboração dos filólogos brasileiros. Cumpre salientar, no entanto, que, mesmo antes dos trabalhos realizados pela comissão portuguesa, a Academia Brasileira de Letras, em 1907, cogitou adotar uma ortografia simplificada. A reforma, que tinha como objetivo simplificar a ortografia ao extremo, sofreu reação dos intelectuais da época e não foi colocada em prática.

Em 1915, a Academia Brasileira de Letras aprovou um projeto que ajustava a grafia brasileira aos padrões portugueses. Porém, em 1919, a mesma Academia voltou atrás e cancelou o ajuste. Observa-se, com isso, a tentativa de superar o incidente diplomático (ortográfico) que determinou o cisma ortográfico entre as duas nações, uma tentativa por parte do Brasil.

A partir de então, Brasil e Portugal, por intermédio de suas Academias, começaram a pensar em acordos ortográficos para aproximar as duas normas

³ Trecho do livro *Origem, e orthographia da lingoa portugueza* do ano de 1784. Disponível em meio eletrônico:
<http://www.archive.org/stream/origemeorthograp00nuneuft/origemeorthograp00nuneuft_djvu.txt>. Acesso em 19 nov. 2009

divergentes. Assim, em 1931, os dois países assinaram o Acordo Luso-Brasileiro, que adotava, praticamente, toda a ortografia portuguesa de 1911.

As Academias resolveram juntar esforços para a solução de futuros problemas ortográficos, procurando através das suas influências junto dos respectivos governos que fosse oficializada a ortografia reformada. (Kemmler, 2009, p. 64) ⁴.

Todavia, em 1934, devido às diferenças de ambas as grafias, que passaram a divergir do plano do acordo, havendo modificações relativamente extensas, a Constituição Brasileira revogou o acordado, já que não estabeleceu uma grafia única. Além de outras razões, segundo Kemmler (2009), o fracasso do Acordo se deu, sobretudo, por causa do despreparo dos acadêmicos da época, que não tinham os conhecimentos necessários na área da Linguística.

Em 1937, o referido acordo é estabelecido, porém com algumas modificações. Em 1943, as duas Academias voltaram a se reunir e assinaram a Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal, que tinha como objetivo o prestígio da Língua Portuguesa no mundo. Neste ano, as Academias não regulamentaram a ortografia, mas estabeleceram bases legais para que este sistema pudesse ser modificado pelas academias (Kemmler, 2009).

Em 1945, a Conferência Interacadêmica de Lisboa para a Unificação da Língua Portuguesa propôs uma unificação radical, não se permitindo grafias duplas ou facultativas. Para isso, foram escolhidas formas predominantes, na maioria das vezes favorecendo a ortografia lusitana. Em Portugal, a aprovação foi rápida, sendo, inclusive, imposto também às colônias portuguesas. No Brasil, diferente de Portugal, a adesão não foi unânime e devido à fácil aprovação portuguesa, começou uma grande polêmica antiacordo. Diante de todo o exposto, o Acordo de 1945 foi revogado em 1955 pelo Brasil, ficando, novamente, Brasil e Portugal com grafias diferentes.

Em 1967, realizou-se em Coimbra o Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa. O Simpósio não tinha um modelo ortográfico para a unificação, mas tinha a intenção de mostrar que ainda era possível que Brasil e Portugal chegassem a um entendimento quanto à ortografia.

⁴ KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: *Ortografia de Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 64.

Em 1971, o presidente da República do Brasil sancionou uma lei com o objetivo de desfazer diferenças ortográficas com Portugal. O Brasil eliminou os acentos circunflexos diferenciais da maioria das palavras e também o acento grave e o circunflexo na sílaba subtônica em palavras derivadas. Em 1973, Portugal também suprimiu o acento grave e o circunflexo que marcavam a sílaba subtônica das palavras derivadas, a exemplo do Brasil. Observa-se, então, uma importante tentativa de aproximação. Em 1975 novas normas foram propostas pelas duas Academias, mas, devido às condições políticas da época, como a ditadura militar no Brasil, o Acordo não teve aprovação oficial.

Em 1986, os representantes de todos os países que tinham o português como língua oficial se reuniram no Rio de Janeiro com o objetivo de firmar um novo acordo que abrangesse todos os países de Língua Portuguesa, mas, por ser um acordo novamente radical e pela opinião pública desfavorável, fracassou.

Em 1990, participaram de uma reunião, novamente, representantes de países em que a Língua Portuguesa é oficial e foi assinado, no mesmo ano, um documento regulador, tendo por base os conteúdos das tentativas de 1975 e 1986. O acordo assinado em 1990 está em vigor, porém, ainda não é obrigatório. Apenas a partir de 2013, quase cem anos após o cisma ortográfico estabelecido em 1911, o acordo será obrigatório, ao menos no Brasil.

Como se pode perceber, na história da ortografia do português quase nunca houve consenso entre as duas Academias – a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Sempre houve conflitos e intervenção de leis a fim de uniformizar os sistemas ortográficos e também de desfazer o que fora estabelecido.

Segundo o Anexo II do texto oficial do Acordo 1990, uma das razões dessa falta de consenso e, conseqüentemente, do fracasso de tantas reformas foi a tentativa de impor uma unificação ortográfica absoluta ao longo do século XX. O último período denominado científico – como mencionado acima – culmina com o Acordo de 1990, que surgiu com o propósito de pôr fim a tantos desacordos sofridos anteriormente.

Ainda em consonância com o Anexo II do texto oficial do Acordo de 1990, a existência de duas grafias da Língua Portuguesa tem sido prejudicial “para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo”. Essa justificativa é a mais evidente quando falamos no Acordo, além das justificativas

econômicas. Outra justificativa presente no texto é a de, juntos, os países olharem para o futuro, não mais para o passado e que não receiem sacrificar a simplificação em favor da máxima unificação possível. A reforma pretende unificar o máximo possível a grafia nos países de Língua Portuguesa, delimitar as diferenças existentes, e prevenir contra a desagregação ortográfica da língua.

Para finalizar, julga-se necessário sistematizar o histórico e as tentativas de reformas e acordos da Língua Portuguesa. Para isso, foi utilizado o quadro feito por Scarton (2009, p. 43-45) e aumentado e revisado de acordo com o histórico traçado por Kemmler (2009) ⁵.

Quadro 1 – Quadro histórico da ortografia portuguesa:

Séc. XII – Séc.XVI	Período fonético.
Séc. XVI – Séc. XX	Período pseudoetimológico.
Séc. XX – ...	Período simplificado (também chamado de científico ou moderno).
1904 – Portugal	Surgimento da obra <i>A Ortografia Nacional</i> , de Gonçalves Viana.
1907 – Brasil	Surgimento do primeiro projeto de reforma, proposto pela ABL.
1910 – Portugal	Implantação da República e nomeação de comissão para o estabelecimento de uma ortografia simplificada.
1911 – Portugal	Conclusão da reforma iniciada em 1910.
1912 – Brasil/Portugal	Tentativa de um acordo interacadêmico, que causou o aumento da incompatibilidade de ideias entre as duas Academias, também por causa da lentidão dos transportes de correspondência entre Lisboa e o Rio de Janeiro.
1915 – Brasil	Depois do fracasso do Acordo interacadêmico, aprovação pela ABL de projeto de ajustamento da reforma brasileira aos padrões da reforma portuguesa de 1911, com eliminação de todas as divergências.
1919 – Brasil	Revogação pela ABL do estabelecido em 1915.
1920 – Portugal	Adoção oficial da ortografia de 1911.
1929 – Brasil	Em continuação dos trabalhos no <i>Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa</i> , A Academia Brasileira de Letras retornou à grafia de 1907, apenas com algumas alterações.
1931 – Portugal/Brasil	Primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, com adoção (praticamente) do regime lusitano.
1934 – Brasil	Promulgação da terceira Constituição; revogação dos decretos anteriores sobre ortografia do português do Brasil: conseqüente derrubada do Acordo de 1931 e adoção da que estava em vigor em 1891.
1938 – Brasil	Restauração, no Brasil, do Acordo de 1931.
1939 – Portugal/Brasil	Envio de um ofício português para a Academia Brasileira – tentativa de modificações de 25 bases do Acordo de 1931.
1940 – Portugal	Publicação do <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> , com base no Acordo de 1931.
1942 – Brasil	Estabelecimento das <i>Instruções para a Organização do</i>

⁵ Quadro atualizado a partir de dados retirados de KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: *Ortografia de Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 53-94. Quadro original em: SCARTON, Gilberto. A orthographia da lingua portugueza, que virou ortografia – História dos (des)acordos. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 43-45.

	<i>Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional.</i>
1943 – Brasil	Publicação do <i>Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (PVOLP)</i> , que tinha 1.342 páginas.
1943 – Portugal/Brasil	<i>Convenção Ortográfica</i> entre Brasil e Portugal.
1945 – Portugal/Brasil	Realização da <i>Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa</i> , com proposta de unificação radical, devido à divergência nas duas publicações anteriores. O Acordo, resultado dos vocabulários de 1940 e 1943, foi acolhido pelos dois países.
1945 – Colônias portuguesas	O Acordo de 1945 foi implantado também nas colônias portuguesas.
1955 – Brasil	Revogação, por parte do Brasil, do Acordo de 1945, com a volta das disposições do <i>PVOLP</i> . Manutenção do Acordo por parte de Portugal.
1967 – Portugal/Brasil	Realização de um simpósio Luso-Brasileiro em Coimbra, com o objetivo de obter a simplificação e a unificação das grafias da Língua Portuguesa.
1971 – Brasil	Supressão do acento circunflexo diferencial da maioria das palavras, do acento grave e do acento circunflexo da sílaba subtônica das palavras derivadas e do trema facultativo.
1973 – Portugal	Supressão do acento grave e do acento circunflexo que marcavam a sílaba subtônica das palavras derivadas, a exemplo do Brasil.
1975 – Portugal/Brasil	Elaboração de Acordo pelas duas Academias, sem aprovação oficial, dadas as condições políticas em vigor.
1986 – Países lusofalantes	Assinatura de Acordo por sete países que têm o português como língua oficial: não vingou por se tratar de uma reforma radical.
1990 – Países lusofalantes	Assinatura de novo Acordo, menos radical, por sete países que têm o português como língua oficial.
1994 – Países lusofalantes	Data estabelecida para a entrada em vigor do Acordo de 1990, fato que não ocorreu.
1995 – Brasil	Aprovação do Acordo de 1990 pelo Congresso Nacional.
1998	Assinatura do <i>Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa</i> , que retirou do texto original a data para sua entrada em vigor.
2004 – Países lusofalantes	Assinatura do <i>Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico</i> , que permitiu a adesão do Timor Leste e estabeleceu como suficiente a assinatura de três países ao Acordo de 1990 para sua entrada em vigor.
2008 – Portugal/Brasil	Aprovação do Acordo de 1990 pelo Parlamento Português. Promulgação do Acordo pelo governo brasileiro que mandou implementá-lo a partir de 2009.
01/01/2009 – Brasil	Entrada em vigor do Acordo de 1990.
2009-2012	Período de transição, com a coexistência de duas normas: a anterior ao Acordo de 1990 e a do próprio Acordo.
2013	Vigência tão-somente do Acordo de 1990.

6.2 CRITÉRIOS DA ORTOGRAFIA

Cagliari (2009) afirma que a escrita é a representação direta do pensamento. É representação porque o pensamento só existe na linguagem oral. Alguém só pode reconhecer uma forma ortográfica se, inconscientemente, associar àquela forma uma palavra da língua oral.

A ortografia, por ser convencionada e não-natural, adota muitas formas que, aparentemente, não têm critério definido. Por que *erva* não tem *h* e *herbívoro* tem? Segundo Scarton (2009), a Língua Portuguesa adota, basicamente, dois critérios:

A ortografia da Língua Portuguesa adota um critério dito simplificado ou misto, ou seja, a fusão de dois critérios: o fonológico e o etimológico (ou histórico). Isso quer dizer que há casos em que as palavras são representadas de maneira aproximadamente fonética, como formas reconhecidas pelos falantes alfabetizados e que não impedem que sejam pronunciadas de modo variável em cada contexto linguístico. Em outros casos, são representadas mantendo marcas etimológicas, lembrando suas origens. (Scarton, 2008, p. 1)⁶

A citação acima nos mostra que não há regularidade quando falamos de ortografia, já que utilizamos o critério simplificado ou misto. Scarton (2009) ainda diz que o regime ortográfico também leva em conta a tradição, como no caso da palavra *Bahia*. Percebe-se, então, que ortografia é convenção, regularizada, no Brasil, por meio de Leis, a partir da determinação da Academia Brasileira de Letras (ABL). No caso de outros países que têm o Português como língua oficial, as suas Academias também regulam o uso ortográfico.

Ainda segundo Scarton (2009), em relação ao Acordo de 1990, o critério fonológico, que é ligado à pronúncia das palavras como são grafadas, foi valorizado, eliminando, assim, o *c* e o *p* mudos de algumas palavras da grafia portuguesa, além de manter algumas grafias duplas como *António, Antônio; facto, fato; bebé, bebê*, somente as pronunciáveis.

O que aconteceu com o Acordo Ortográfico de 1990 foi convenção, pois a ortografia é sempre resultado de consensos com objetivos distintos. Nesse caso, um dos principais objetivos é que a Língua Portuguesa tenha um padrão ortográfico único no mundo, para que tenha unidade e para que possa se projetar mais ainda.

Sendo uma convenção, as Academias, os estudiosos definem, de tempos em tempos, a melhor forma de grafar as palavras, levando em conta objetivos diversos, como unificar a maneira de escrever de diferentes nações que utilizam a língua; simplificar ou tornar mais lógico o sistema; etc.⁷ (Scarton, 2009, p. 2)

Toda mudança, qualquer que seja, gera polêmica e ânimos alterados, talvez pelo conservadorismo presente na sociedade. No caso de mudanças ortográficas, há um sentimento generalizado de um país considerar-se dono da língua; há a

⁶ SCARTON, Gilberto. *Critérios que regem a nossa ortografia*. Polígrafo Escolar, 2008, p. 1.

⁷ SCARTON, Gilberto. *Critérios que regem a nossa ortografia*. Polígrafo Escolar, 2008, p.2.

questão do nacionalismo exacerbado que subjaz à questão linguística; há a aversão à mudança, entre outros aspectos que impõem resistência. No entanto, sempre houve processos normatizadores da representação gráfica da fala.

7 ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990: POLÊMICAS E FONTE DE FALÁCIAS

Falou-se em língua, falou-se em conflitos. Os conflitos, como sabemos, não são de hoje. Scarton (2009) cita a polêmica envolvendo Rui Barbosa e seu antigo professor de português Carneiro Ribeiro em uma disputa linguística, sobre o projeto do Código Civil. Cita, também, a polêmica desencadeada pelo deputado Aldo Rebelo, que em um projeto de lei quis proibir que os falantes da Língua Portuguesa, residentes no Brasil, falassem estrangeirismos. Há outros inúmeros casos, menos famosos, em que podemos observar que a língua é realmente uma questão polêmica.

Se analisarmos a questão a fundo, veremos que não é apenas a questão ortográfica que gera conflitos. Sabemos que o ensino da gramática normativa é discutido em ampla escala. Luft (2006), por exemplo, diz que o ensino da gramática é uma “sobrecarga de inutilidades” por conter normas demais, distinções e regras ultrapassadas pelo uso do falante, do aluno. Em contraponto, o ensino da gramática normativa enquanto disciplina, é bastante aplicado no cotidiano escolar.

Por ser um assunto gerador de conflitos, a questão ortográfica vem sendo muito discutida, não apenas por estudiosos. Ao fazemos uma busca na internet, podemos encontrar inúmeros textos, artigos em blogs, revistas e sites pessoais, não só de especialistas, mas de curiosos e falantes em geral, que emitem suas opiniões a respeito – muitas vezes falaciosas. Há também quem detesta apenas por detestar, sem argumentos sólidos, mas há também um número significativo de escritos com alguma fundamentação, com alguma lógica.

Moura, em seu artigo *Acordo Ortográfico: a perspectiva do desastre*⁸ (2008a), faz severas críticas, inclusive à facultatividade das regras. Diz que se cria um grande saco onde ficam todos os casos duvidosos e fala que o risco da língua é evidente. Diz que as pessoas serão dominadas pela lei do menor esforço graça às facultatividades.

Na verdade, essa colocação de Moura pode ser facilmente contestada: Será que um português que tem costume de escrever *facto* vai escrever *fato* só por preguiça de escrever um mísero *c*? Tal fato não seria explicável por uma questão

⁸ MOURA, Vasco. *A perspectiva do desastre*, 2008a. Comunicação lida na Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promovida pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República, em Lisboa, 2008. Artigo disponível em meio eletrônico. <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1675>>. Acesso em 15 mai. 2009.

cultural, de tradição, de hábito? E mudar a ortografia seria realmente um risco para a língua? Com essa colocação, Moura não estaria confundindo sistema linguístico com ortografia? Fácil de se ver – com um mínimo de fundamentação linguística – que as pessoas continuarão falando igual. A sintaxe, a semântica, a morfologia, a pragmática continuarão imexíveis. Ortografia é convenção, as outras ciências da linguagem, não.

Por outro lado, muito se fala, inclusive Graça Moura (2008a), sobre a situação dos outros países, que eles não teriam dinheiro para reciclar milhões de professores e não poderiam inutilizar milhões de livros didáticos, que ficariam obsoletos para uma população que já tem grandes problemas no ensino. Tal ponto de vista pode ser facilmente contestado. Basta observarmos as inúmeras reformas que foram assinadas e até hoje encontramos em bibliotecas grande número de exemplares com as normas antigas e ninguém deixa de entender o que está escrito, nenhum livro fica inutilizado. Moura ainda diz que para o Brasil é uma questão puramente de mercado e que para Portugal, um país mais ingênuo, se trata de assegurar a unidade da língua. Assim como ele, há inúmeras pessoas com o mesmo pensamento.

Em contraposição, há outros notáveis, como Kiefer e Reis, que têm pensamentos opostos ao pensamento de Moura. Kiefer (2009) aponta motivos favoráveis ao Acordo. Para ele, o Brasil teria a possibilidade de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, já que se somarão habitantes de oito países; na hora da produção de documentos não haveria mais duas grafias oficiais, apenas uma, o Português; o Brasil seria “o maior fornecedor de bens e serviços ligados aos setores de comunicação, educação e informática dos oito países”⁹ (Kiefer, 2009, p. 89). Reis (2009), diz que somente o nome acordo já é algo positivo, visto que o envolvimento entre os dois países é para enaltecer e não menosprezar, é um encontro de vontades. Reis justifica as deficiências do Acordo com as imperfeições da língua, por ser fruto dos homens, que são imperfeitos. Se a língua não é perfeita, se a humanidade também não é, o Acordo não poderá ser. Carlos Reis também chega a uma conclusão de que os portugueses têm medo de cedências, que depois de algum tempo, os lusitanos passem a falar como

⁹ KIEFER, Charles. Questões táticas e estratégicas do Acordo Ortográfico. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 89.

brasileiros. Mas ele afirma que um acordo ortográfico não implica que se fale como os brasileiros, pois no plano fonológico e sintático essa aproximação é praticamente nula.

Diante dessas e de outras questões, desavenças e dúvidas relacionadas ao tema, este trabalho se faz importante e bastante útil para desfazer falácias e mostrar verdades relacionadas à língua que falamos, ao nosso bem comum.

A seguir, analisaremos as falácias divididas em categorias, citaremos os depoimentos colhidos acerca de cada uma delas e teceremos, a seguir, os comentários.

7.1 FACULTATIVIDADE

7.1.1 Opiniões

“O Acordo abre porta à confusão e ao aumento incontrolável das divergências de grafia por via das facultatividades (e não só).” ¹⁰ (MOURA, 2008b)

“A facultatividade é, por definição, contrária à própria ideia de normalização gráfica – de ortografia.” ¹¹ (MOURA, 2005)

“Não faz sentido o carácter facultativo que no texto do Acordo se prevê em numerosos casos, gerando-se a confusão.” ¹² (Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa, 2008)

“Como perceber o que é facultativo e o que é obrigatório? Como entender o que se mantém para distinguir e o que se não mantém apesar de distinguir?” ¹³ (EMILIANO, 2008a)

¹⁰ MOURA, Vasco Graça. *O prémio*. 2008b. Disponível em meio eletrônico: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1638>>. Acesso em 16 jun. 2009.

¹¹ MOURA, Vasco Graça. *O prémio*. 2008b. Disponível em meio eletrônico: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1638>>. Acesso em 16 jun. 2009.

¹² MANIFESTO em Defesa da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>>. Acesso em 19 jun. 2009.

¹³ EMILIANO, António. *Obrigatoriamente facultativo*, 2008a. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1906>>. Acesso em 25 jun. 2009.

Mas então como é que a lição, o manual, o livro de leitura, o auxiliar de estudo vão escolher uma das grafias possíveis? E como é que se vai explicar a docentes e a discentes a razão por que não se opta por qualquer das outras? ¹⁴ (MOURA, 2009)

“Optou-se por fixar o caos ortográfico como a solução menos onerosa para a unificação ortográfica da Língua Portuguesa.” ¹⁵ (EMILIANO, 2008b)

7.1.2 Comentários

Diga-se, de imediato, que a facultatividade de formas linguísticas é uma constante nas línguas. Em português são denominadas de formas variantes – formas duplas ou múltiplas, equivalentes. O emprego de uma ou outra não estará, portanto, em desacordo com a língua culta, embora o bom senso, o senso da adequação, o princípio do uso, recomenda a forma mais corrente. Evita-se, dessa forma, que alguém desavisado, inculto, ache que é erro, uma gafe o emprego de uma forma que não seja de seu conhecimento ou que não seja a sua preferida. É claro que nenhum português vai escrever *Antônio* com acento circunflexo, enquanto não veremos brasileiros escrevendo *bebé* com acento agudo, pois, por mais que saibamos que ambos os casos estão corretos, acredita-se que o critério da adequação será utilizado.

A seguir, as principais formas variantes, existentes mesmo antes do Acordo, conforme pesquisa realizada¹⁶, sendo, a maior parte, confirmada como existente a partir do dicionário online Michaelis¹⁷:

Abdome e abdômen; açoitar, açoite, açoutar e açoute; afeminado e efeminado; afoito e afouto; aluguel e aluguer; aritmética e arimética; arrebitar e rebitar; arremedar e remedar; assoalho e soalho; assobiar e assoviar; assoprar e soprar; azálea e azaléia; bêbado e bêbedo; bilhão e bilião; bílis e bile; biscoito e

¹⁴ MOURA, Vasco Graça. *Quarta-feira de cinzas*, 2009. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=2032>> . Acesso em 25 jun. 2009.

¹⁵ EMILIANO, António. *Fixar o Caos Ortográfico*, 2008b. Disponível em meio eletrônico: <<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/06/fixar-o-caos-ortografico.html>> Acesso em 12 jul. 2009.

¹⁶ GONZAGA, Luiz. *Aprenda Português Pesquisando Formas Variantes*, [?]. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.portugues.com.br/luizg3.htm>>. Acesso em 16 nov. 2009.

NASCIMENTO, Ariel. *Formas variantes da Língua Portuguesa*, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.castelodemarfim.com/2008/09/formas-variantes-da-lingua-portuguesa.html>>. Acesso em 16 nov. 2009.

¹⁷ MICHAELIS. Dicionário em meio eletrônico. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 17 nov. 2009.

biscouto; bombo e bumbo; bravo e brabo; câibra e câimbra; cálice e cálix; carnegão e carnicão; carroçaria e carroceria; catinga e caatinga; catorze e quatorze; catucar e cutucar; chipanzé e chimpanzé; clina e crina; cociente e quociente; cota e quota; cotidiano e quotidiano; cotizar e quotizar; covarde e cobarde; cuspe e cuspo; degelar e desgelar; demonstrar e demostrar; dependurar e pendurar; desenxavido e desenxabido; empanturrar e empaturrar; enfarte e infarto; engambelar e engabelar; enlambuzar e lambuzar; entoação e entonação; entretenimento e entretimento; enumerar e numerar; espuma e escuma; estalar e estralar, este e leste; exorcizar e exorcismar; flauta e fruta; flecha e frecha; fleuma e flegma; flocos e frocos; geringonça e gerigonça; gorila e gorilha; hemorróidas e hemorróides; humo e húmus; impingem e impigem; imundícia, imundície e imundice; intrincado e intricado; lantejola e lentejola; limpar e alimpar; lisonjear e lisonjar; louça e loiça; louro e loiro; macaxeira e macaxera; maçom e maçã; maltrapilho e maltrapido; maquiagem e maquilagem; marimbondo e maribondo; melancólico e merencório; menosprezo e menospreço; mobiliar, mobilhar e mobilar; neblina e nebrina; nenê, neném e nenen; olimpíada e olimpíade; parêntese e parêntesis; percentagem e porcentagem; peroba e perova; pitoresco e pinturesco; plancha e prancha; pólen e polem; quadriênio e quatriênio; rádio e radium; radioatividade e radiatividade; rastro e rasto; registro e registo; relampear, relampejar, relampadejar, relampaguear, relampadar e relampar; remoinho e redemoinho; ridiculizar e ridicularizar; salobra e salobre; seção e secção; selvageria e selvajaria; sobressalente e sobresselente; sutil e subtil; surripiar e surrupiar; taberna e taverna; taramela e tramela; televisar e televisionar; terremoto e terramoto; tesoura e tesoura; tesouro e tesouro; transvestir e travestir; treinar e trenar; tríade e tríada; trilhão e trilião; várzea, várzea, vargem e varge; vólibol e voleibol;

Como se pode observar, não é de agora, do Acordo 1990, a facultatividade, as formas duplas de grafia. Não há razão, por conseguinte, falar-se em generalização de facultatividade gráfica, em opção pela desunificação ortográfica, pelo caos ortográfico, por minar a estabilidade do ensino da Língua Portuguesa, pôr em causa a integridade do uso e da difusão da Língua Portuguesa – conforme expressões empregadas por António Emiliano, denominado (ou autodenominado) de linguista, filólogo. Escreveu mais:

Imagine-se então a tarefa titânica que será, num futuro talvez não muito distante de nós, a correcção de uma prova de Língua Portuguesa, quando cada professor tiver que conhecer todas as ortografias possíveis da ortografia “unificada”¹⁸. (EMILIANO, 2008b)

Pelo que se pode perceber, tudo é hiperbólico, apocalíptico, catastrófico na apreciação que faz o filólogo acerca da facultatividade de grafias. Será mesmo que sobrevirá o caos, a fragmentação da Língua Portuguesa por causa de variantes ortográficas? Haverá de fato a desestabilização do ensino da Língua Portuguesa? Haverá uma ameaça à difusão da Língua Portuguesa? Será mesmo que um professor de português deverá saber de cor e salteado todas essas variantes, dispensando a consulta a dicionários? E numa prova de redação, quantas formas variantes vamos encontrar? Certamente não muitas.

Insurgir-se contra a facultatividade também é desconhecimento da história da ortografia, uma história de acordos, desacordos e fracassos. Os que criticam a duplicidade de grafias desconhecem que os acordos de 1931, de 1945 e de 1986 – como mencionado no histórico ortográfico – não vigaram, pois se pretendia uma unificação radical entre os sistemas – lusitano e brasileiro – sem concessões para a facultatividade ortográfica. Nesse sentido, deve ser lembrado que os acordistas de 1990 parece que aprenderam a lição do malogro dos acordos do passado ao optarem pela fixação de duplas grafias como solução menos onerosa para a unificação pretendida. Na verdade, unificou-se o que foi possível unificar neste Acordo.

Em consequência, não há como se aceitarem críticas vazadas nos termos acima transcritos, visto que as facultatividades sempre existiram, mas, assim mesmo, conseguimos escolher as palavras que nos parecem mais adequadas de acordo com sua popularidade e aceitação da nossa sociedade.

Por oportuno, apresenta-se, a seguir, exemplificação da duplicidade de grafia, conforme o Acordo de 1990¹⁹:

-Sequências consonantais: Considera-se relevante citar a Base IV – Das sequências consonantais. Conservam-se ou eliminam-se facultativamente, quando

¹⁸ EMILIANO, António. *Fixar o Caos Ortográfico*, 2008b. Disponível em <<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/06/fixar-o-caos-ortografico.html>> Acesso em 12 jul. 2009.

¹⁹ MOREIRA, M. E. ; SMITH, M. M; BOCCHESI, J. C. ANEXO: Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa in _____. *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 163-200.

se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto* e *aspecto*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*, *facto* e *fato*, *sector* e *setor*, *ceptró* e *cetrotó*, *concepção* e *conceção*, *corrupto* e *corruto*, *recepção* e *receção*.

Para visualizar melhor, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 2 – Sequências consonantais facultativas:

Tendência Brasileira	Tendência Luso-Africana
Acepção	Aceção
Amídala	Amigdala
Amidalite	Amigdalite
Anistia	Amnistia
Anticoncepcional	Anticoncecional
Aritmética	Arimética
Aspecto	Aspeto
Cacto	Cato
Caracteres	Carateres
Conceptivo	Concetivo
Confecção	Confeção
Conectivo	Conetivo
Característica	Caraterística
Concepção	Conceção
Corrupto	Corruto
Decepção	Deceção
Dicção	Dição
Espectro	Espetro
Excepcional	Excecional
Fato	Facto
Imperceptível	Impercetível
Infecção	Infeção
Intacto	Intato
Interceptar	Intercetar
Lácteo	Láteo
Netuno	Neptuno
Onipotente	Omnipotente
Perspectiva	Perspetiva
Punctura	Puntura
Recepção	Receção
Recepcionista	Rececionista
Receptivo	Recetivo
Seccional	Sectional
Setor	Sector
Súdito	Súbdito
Sutil	Subtil

Não se deve confundir a possibilidade de dupla forma de grafar, conforme relação acima apresentada, com a abolição das letras, denominadas mudas, *p* e *c*. É por essa razão que abaixo se apresenta relação de palavras em que essas letras foram abolidas – fato que tem implicação apenas na grafia lusitana. Relação de palavras: *abjecto*; *acção*; *accionar*; *accionista*; *abstracto*; *acto*; *actual*; *activo*; *actor*;

adjectivo; afecto; afectuoso; antárctico; atracção; carácter; céptico; coleccionador; colectivo; contracto; correcção; correcto; desconstracção; dialecto; didáctito; direcção; direccionar; director; efectivo; efectuar; electricidade; espectáculo; exactidão; extracto; factura; fracção; fraccionar; injecção; insecto; inspeccionar; inspector; interactivo; jacto; leccionar; lectivo; liquefacção; nocturno; obejcção; objecto; olfactivo; predilecto; projecção; projecto; proteccionismo; reacção; reccionário; redaccional; reflector; reactor; redacção; reflectir; recto; selecção; sector; tecto; trajectória; tractor; adopção; baptismo; céptico; óptimo.

-Dupla acentuação. Em relação à acentuação, o Acordo Ortográfico tem, em algumas partes, carácter facultativo. Vejamos:

*Proparoxítonas: Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas grafadas *e* ou *o* estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: *académico* e *acadêmico*, *anatômico* e *anatômico*, *cénico* e *cênico*, *cómodo* e *cômodo*, *fenómeno* e *fenômeno*, *género* e *gênero*, *topónimo* e *topônimo*; *Amazónia* e *Amazônia*, *António* e *Antônio*, *blasfémia* e *blasfêmia*, *fêmea* e *fêmea*, *gémeo* e *gêmeo*, *génio* e *gênio*, *ténue* e *tênue*.

*Paroxítonas: As paroxítonas com as vogais tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: *pónei* e *pônei*; *gónis* e *gônis*, *pénis* e *pênis*, *ténis* e *tênis*; *bónus* e *bônus*, *ónus* e *ônus*, *tónus* e *tônus*, *Vénus* e *Vênus*.

*Oxítonas: Algumas palavras oxítonas terminadas em *e* tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*, *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guiché* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

*Acentos diferencias: é facultativo o emprego de *forma* ou *fôrma* e *demos* ou *dêmos*.

A partir do exposto acima, conclui-se, então, que a facultatividade da Língua Portuguesa não é novidade. É preciso conhecer a história da ortografia da língua e sua evolução para que se tenha essa visão abrangente. Também é preciso consultar

manuais e dicionários e observar que há e sempre houve facultatividade e, assim mesmo, sabemos exatamente qual é a palavra mais adequada a ser utilizada.

A facultatividade não é um caos e o Acordo não impõe algo desconhecido. Também não gera confusão, já que estamos habituados a um número grande de palavras com grafias facultativas. E, naturalmente, quando os professores ou auxiliares, portugueses ou brasileiros forem escolher as grafias a serem ensinadas, farão como já o fazem: escolherão a grafia mais apropriada, a mais ouvida, a mais escrita e mais lida e, certamente, serão diferentes.

7.2 ORTOGRAFIA: IDENTIDADE NACIONAL.

7.2.1 Opiniões

Manuel Alegre pôs o dedo na mesma ferida: «O que está em causa é uma questão de identidade nacional.» (Acção Socialista, 5.6.86). Tudo isto, mais a barafunda e a catadupa de contradições que se seguiriam à aplicação de várias outras bases, mostra que nem ficam assegurados o ensino e a valorização permanente da língua portuguesa, nem a defesa do património cultural enquanto elemento vivificador da nossa identidade.²⁰ (MOURA, 2008b)

O uso oral e escrito da língua portuguesa degradou-se a um ponto de aviltamento inaceitável, porque fere irremediavelmente a nossa identidade multissecular e o riquíssimo legado civilizacional e histórico que recebemos e nos cumpre transmitir aos vindouros.²¹ (Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa, 2008)

“Depois, teremos a comunidade linguística portuguesa a dizer, e com razão, que as nossas variantes foram absorvidas pelas brasileiras e que perdemos a identidade nacional na língua.”²² (FILHO, 2009)

Tudo isto põe em causa o ensino e a valorização da língua e o próprio património cultural de que ela é a pedra angular, enquanto elementos da nossa identidade. Tudo isto representa uma lesão inaceitável de um capital simbólico acumulado e de projecção planetária. A fundamental relação da língua com a identidade nacional, já em 1986 era assinalada por

²⁰ MOURA, Vasco Graça. *O prémio*. 2008b. Disponível em meio eletrónico: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1638>>. Acesso em 16 jun. 2009.

²¹ MANIFESTO em Defesa da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em meio eletrónico: <<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>>. Acesso em 19 jun. 2009.

²² FILHO, D’Silvas. *A diferença entre Portugal e o Brasil no interesse pela nossa língua comum*, 2008. Disponível em meio eletrónico: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1876>>. Acesso em 18 abr. 2009.

personalidades tão diferentes como Óscar Lopes, Manuel Alegre e Carlos Reis.²³(MOURA, 2008a)

7.2.2 Comentários

Na verdade, língua e identidade nacional estão intimamente ligadas. Analise-se, por exemplo, a constituição do Estado português – o condado portugalense – que se deu em 1139, sob a dinastia de Borgonha (MOISÉS, 2001). Com o Estado Nacional Português, surgiu também a língua.

O surgimento da Língua Portuguesa veicula-se com a constituição de Portugal porque um novo Estado deve sempre traçar seus limites geográficos; construir uma alma nacional, um sentimento de unidade, de pertença a uma coletividade; fixar traços caracterizadores dessa comunidade específica de indivíduos – história, monumentos, folclore, paisagens típicas, o hino, a bandeira, os costumes etc.

A língua exerce, igualmente com esse conjunto de elementos simbólicos, materiais, a função de construção e consolidação da identidade nacional.

Um Estado é, portanto, visto e percebido como uma comunidade com consciência de identidade, de unidade que implica a consciência da alteridade – a consciência da diferença em relação aos outros.

Observe-se, também, por exemplo, o ideário político-linguístico-literário de José de Alencar: proclamada a independência política do Brasil, buscou-se a construção de uma identidade nacional, de uma literatura brasileira, de um falar e escrever à brasileira, pois a língua é um valor simbólico, um elemento, um ingrediente, um fator da identidade nacional.

O que é o Brasil, por exemplo? O Brasil é a Língua Portuguesa, é o folclore, o futebol, o carnaval, o samba, as tradições etc. Minha pátria é minha língua.

Não custa lembrar aqui a definição de nação:

Nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham um certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; e que acreditam que este futuro será melhor se se mantiverem unidos do que

²³ MOURA, Vasco Graça. *Acordo ortográfico: a perspectiva do desastre*, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1675>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado.²⁴ (GUIMARÃES, 2008)

Convém, igualmente, definir nacionalismo. Para Guimarães (2008), o nacionalismo é um sentimento que, por considerar a nação a qual se pertence melhor que as outras, gera sentimentos xenófobos, racistas e arrogantes. O nacionalismo é, também, um desejo de afirmação e de independência diante de um Estado opressor, ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar que o seu território é o melhor e que o ser humano pertencente a ele será tratado igual ou melhor do que um estrangeiro.

Vem agora, a propósito, discutir a seguinte questão: a escrita, a ortografia, é um valor simbólico? É sinônimo de identidade nacional?

Para Oliveira (2005), a forma escrita é, sim, um valor:

No Ocidente moderno, é impossível pensar a questão da língua sem considerar a instituição da escrita. É, sobretudo, a partir da prática escriturística que se estabelecem normas, definem-se “usos” tidos como padrão. O domínio da escrita, na modernidade, associou-se ao poder de atribuição de sentido e de construção de identidades. Não é à toa que um dos critérios utilizados, no século XIX, para que um povo fosse reconhecido como nação era a existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito, como nos mostrou Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo*. O historiador reconhece que a existência de uma língua vernácula acabou por constituir-se numa base indispensável para a criação da consciência nacional e, onde ela existisse, facilitaria essa criação.²⁵ (OLIVEIRA, 2005)

No entanto, para Reis (2009), a escrita não está diretamente ligada à identidade nacional, visto que não há desrespeito ou ofensa cultural ao escreverem, em Portugal, *elétrico* em vez de *eléctrico*. Segundo ele, não houve desrespeito, por exemplo, ao Alexandre Herculano quando os portugueses passaram a escrever *fósforo* ou *exausto* em vez de *phosphoro* ou *exhausto*. Mais à frente, Reis se pergunta:

Deve Portugal manter-se agarrado a uma concepção conservadora de ortografia, como se ela fosse o derradeiro baluarte da identidade portuguesa? E, por fim: tem Portugal o direito de colocar obstáculos, as mais das vezes artificiais ou fundados em interesses económicos, a um

²⁴ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Nação, Nacionalismo, Estado*, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.funceb.org.ar/pensamiento/nacao.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2009.

²⁵ OLIVEIRA, Ângela M. A. *Política e polémicas linguísticas na casa dos imortais*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum24/Artigo5.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2009.

entendimento que não afeta identidades nem legítimas singularidades linguísticas?²⁶ (Reis, 2009, p.78)

Pelo que se observa nas colocações de Reis, o derradeiro baluarte da identidade portuguesa não é ortografia. Mas, com certeza, outros valores.

Considere-se, ou não, a escrita fator de identidade nacional, o que subjaz, na verdade, à resistência de Portugal ao Acordo é um sentimento nacionalista exacerbado, que privilegia marcadamente tudo quanto é próprio da nação à qual se pertence. Inclui-se aí a ortografia.

Não adianta falarmos que o problema é estritamente ortográfico, pois sabemos que vai além. Como pode um “filho” superar a “mãe” que lhe deu, inclusive, a língua? Como pode a “mãe” que, durante séculos foi a maior potência mundial, “de repente” ficar aquém de um país de terceiro mundo feito de pessoas de todas as etnias, jeitos e costumes? O sentimento de inferioridade parece que começa com a dominação cultural brasileira: músicas, novelas, artistas, que deixam bastante dos costumes brasileiros em Portugal, fazendo, inclusive, com que os jovens portugueses falem gírias tipicamente brasileiras.

Mas não se pode misturar as coisas. O nacionalismo não deve influenciar as relações sólidas que, segundo Reis (2009), o mundo globalizado pede, como a união de potências em blocos geoculturais para favorecer interesses comuns, a exemplo da União Europeia e dos países francófonos. Tavares, R. (2008) ilustra o que foi dito quando afirma que a impossibilidade de se chegar a uma unificação oficial da ortografia do português é um risco presente que oferecemos à concorrência, aos outros países que estão organizados em blocos, inclusive linguísticos. O editorial do semanário português *Expresso*²⁷ diz que olhar a ortografia como se fosse assim desde a fundação da nacionalidade, é ignorância e, quem não se adaptar morre.

²⁶ REIS, Carlos. Acordo Ortográfico: Para além de Portugal. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 78.

²⁷ EDITORIAL do semanário Expresso. Viva o Acordo Ortográfico, 03.12.2007. Disponível em meio eletrônico: <<http://aeiou.expresso.pt/viva-o-acordo-ortografico=f181153>>. Acesso em 20 nov. 2009.

7.3 A CONVENCIONALIDADE

7.3.1 Opiniões

Em primeiro lugar, a reforma proposta é ruim: gasta-se muita energia para obter avanços menos do que tímidos em termos de unificação da escrita dos países lusófonos. Em segundo e mais importante, é errado e inútil tentar definir os rumos de uma língua natural.²⁸ (SCHWARTSMAN, 2008)

Lamenta-se que as entidades que assim se arrogam autoridade para manipular a língua (sem que para tal gozem de legitimidade ou tenham competência) não tenham ponderado cuidadosamente os pareceres científicos e técnicos, como, por exemplo, o do Prof. Óscar Lopes, e avancem atabalhoadamente sem consultar escritores, cientistas, historiadores e organizações de criação cultural e investigação científica. Não há uma instituição única que possa substituir-se a toda esta comunidade, e só ampla discussão pública poderia justificar a aprovação de orientações a sugerir aos povos de língua portuguesa.²⁹ (Manifesto em defesa da Língua Portuguesa, 2008)

“A primeira razão pela qual sou contra o Acordo é meu amor pela língua assim como a aprendi. Quem ama alguma coisa deseja que ela continue a mesma”.³⁰ (CÂMARA, 2008)

7.3.2 Comentários

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que língua é diferente de ortografia, conforme Possenti:

[...] a grafia nem é propriamente parte da língua. É apenas - se é que a palavra cabe - uma tecnologia para representá-la. Mal comparando, é como a fotografia. Quando alguém diz, mostrando uma foto, "este aqui sou eu", é claro que o texto exige uma leitura especial, porque, de fato, a foto apenas reproduz alguns traços do corpo do falante. Se quiser fazer humor, proponha a seguinte cena: alguém diz "sou eu", apontando para uma foto 3x4, e o interlocutor pergunta: "então quem é esse cara com quem estou falando?"³¹ (POSSENTI, 2007)

²⁸ SCHWARTSMAN, Hélio. *Ex-leviatã*, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u406312.shtml>>. Acesso em 03 abr. 2009.

²⁹ MANIFESTO em Defesa da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ipetitions.com/petition/manifetolinguaportuguesa/>>. Acesso em 19 jun. 2009.

³⁰ CÂMARA, Pedro Sette, 2008 *Ainda, ainda o acordo ortográfico*. Disponível em meio eletrônico: <<http://atlantico.blogs.sapo.pt/1563639.html>>. Acesso em 23 jun. 2009.

³¹ POSSENTI, Sírio, 2007. *Escrever e ler corretamente*. Disponível em meio eletrônico: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O11637124-E18425,00.html>>. Acesso em 24 nov. 2009.

O que se quer ressaltar aqui é um princípio, um postulado, uma verdade que se aplica a todas as línguas: o princípio da primazia da língua falada sobre a escrita. Isso quer dizer que a língua é essencialmente fala. Para tanto, basta lembrar que a maioria das línguas do planeta é ágrafa.

Por outro lado, observe-se como se procede a aquisição da linguagem. Borges e Salomão (2003) afirmam que a criança adquire primeiro a linguagem: a não-verbal (como gestos e expressões) e a oralizada. Sabemos, então, que depois de certo tempo, normalmente com a inserção da criança na escola, a ortografia é ensinada, cheia de regras a serem decoradas. E, somente depois de muito treino, a criança adquire a capacidade de representar a própria fala. Portanto, essa mais uma prova de que a ortografia não é uma “língua natural”, mas uma forma de representação.

A (orto)grafia é, portanto, um sistema simbólico secundário e convencional. Isto é, pactuado. No caso da língua portuguesa, pelas Academias – como já se teve oportunidade de referir neste trabalho. Além de convencional é também oficial – já que é ratificado pelos parlamentos e sancionado pelo Executivo.

Se ortografia é convenção, se não existe uma relação obrigatória entre o significado e o significante, a convenção, como todas as convenções, pode mudar. Foi o que aconteceu, acontece e acontecerá com a ortografia da Língua Portuguesa, que é o assunto aqui considerado. Para tanto, basta ver a história da evolução de nossa forma de escrever ao longo dos séculos, conforme foi também aqui referido na seção 6.1.

Feitas essas considerações preliminares, contestam-se as colocações encontradas na pesquisa sobre falácias relativas à ortografia.

Fácil de ver que Schwartzman incorre em grave erro ao confundir ortografia com língua, quando menciona ser errado e inútil tentar definir os rumos de uma língua natural. Observe-se que, nessa passagem, ele está fazendo referência às mudanças introduzidas pelo Acordo.

É lógico que é inútil tentar definir os rumos de uma língua natural, além de ilegal e abusivo. A língua tem o seu caminho natural. Toda língua, portanto, se afasta de qualquer tentativa de normatização, desenvolvendo novas características e transformando-se com o tempo em algo tão diferente da língua original a ponto de constituir uma nova língua.

Mas os rumos da (orto)grafia podem, sim, ser definidos, disciplinados, normatizados, por tudo quanto se disse até aqui.

Já o Manifesto sugere ampla discussão pública sobre o assunto. Tal ponto de vista é, evidentemente, uma falácia. Questões científicas não são e não devem ser objetos de consulta popular. Quanto a esse particular, acrescenta-se que o povo, os usuários da língua, devem ser preparados e informados sobre as reformas e acordos.

Por fim, cabe comentar o depoimento de Câmara:

Câmara expressa seu amor pela língua e por isso diz que ela não deve mudar. Com isso, percebe-se que os autores que escreveram sobre o amor à língua não compreenderam, ainda, a função da ortografia: representar. Com o Acordo, a língua continuará sendo o mesmo português de Camões, de Alencar e de todos os outros, até daquele que, por circunstâncias sociais, não aprendeu a escrever. Apesar de o português ser o mesmo, a diferença está na forma de representação e, no último caso, na falta dela.

7.4 A INDISPENSABILIDADE DA ACENTUAÇÃO

7.4.1 Opiniões

É inaceitável a supressão da acentuação, bem como das impropriamente chamadas consoantes “mudas” – muitas das quais se lêem ou têm valor etimológico indispensável à boa compreensão das palavras.³² (Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa)

Mas o que dizer da extinção tão desejada do trema? O que vai sinalizar a pronúncia de “eqüino” (cavalo) e de “equino” (ouriço-do-mar)? E o professor de Ciências diz: “equino (sem trema) é um invertebrado que vive no fundo do mar.” E o aluno concentradíssimo visualiza um cavalo desossado lá no fundo do mar... No açougue: “1 quilo de linguiça (sem trema), por favor.” E o açougueiro: “lingÜlça, garoto, linGÜlça! Olha para o lado e dá de cara com o... o... aquele cidadão ex-candidato a um cargo político... o... e hesita a chamá-lo pela alcunha: “Manqueba ou Manqüeba?” “... ..” “Liquidificador pode ser liqüidificador... líquido ou liqüido... então...” “OLÁ, ManQEba!”, “ManQÜEba”, menino, MANQÜEBA! Quando vai aprender?” “Ahn... sim...”³³ (FONSECA, 2007)

³² MANIFESTO em Defesa da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>>. Acesso em 19 jun. 2009.

³³ FONSECA, Arlete. *Mudanças ortográficas: necessárias, desnecessárias e tímidas?*, 2007. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1421>>. Acesso em 23 jul. 2009.

Agora: estou com uma pena danada do hífen! Que ele tinha o seu charme, ah isso tinha! Mas que enjôo, aliás, enjoio (a grafia vai ficar mais feia, tanto nessa quanto em outras em que os acentos irão cair, por decreto!).³⁴ (NUNES, 2007)

“Os acentos diferenciais, os acentos indicativos de pronúncia, o trema, nenhum desses é inútil. Ao contrário, auxiliam e muito o falante, especialmente o novato”.³⁵ (ROCHA, 2009)

“Onde já se viu acabarem com o acento agudo no *pára*? Pára com acento agudo é uma das palavras mais charmosas da língua portuguesa”.³⁶ (PEROZZO, 2008)

A recentíssima reforma ortographyca, porém, priorizou o vácuo, ou o vento. Aboliu mil tremas e inventou outras tantas. Esmerou-se em cortar o hífen e inventou rr ou ss duplos em palavras compostas, oficializando a tolice de escrever-se “autorretrato” ou “antissocial”. Adiantou-se na idiotice e aboliu o trema que marcava o histórico “u” sonoro em “freqüente”, “lingüiça”, “bilíngüe” e similares. Com isto, a rainha tola modificará pela força a fonética do idioma: no futuro, dirão “frequente”, “linguiça” ou “bilingue” como hoje pronunciamos “quente”, “enguiço” ou “guerra”.³⁷ (TAVARES, F., 2009)

7.4.2 Comentários

Entende-se que os acentos são indispensáveis, em princípio, apenas em palavras raras, desconhecidas. Em palavras mais comuns, efetivamente não fazem falta, pois a aquisição da linguagem, como já se disse, não se dá pela escrita, mas pela fala. Isso quer dizer que primeiramente internalizamos a pronúncia e, quando nos deparamos com a palavra escrita – com acento ou sem acento –, seguramente haveremos de reconhecer e pronunciar corretamente.

É o caso da palavra *hipopótamo*. A criança primeiro escuta a palavra e internaliza e, mesmo antes de saber escrever, muitas vezes já pronuncia a palavra e já a reconhece. Então, quando a escrita fizer parte do seu cotidiano e ela se deparar

³⁴ NUNES, Célio. *Uma reforma desnecessária e dispendiosa*, 2007. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.destaquenoticias.com.br/index.php?act=leitura&codigo=4894>>. Acesso em 28 jul. 2009.

³⁵ ROCHA, Bárbara. *Por que sou contra o acordo ortográfico*, 2009. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/por-que-sou-contra-o-acordo-ortografico>>. Acesso em 24 jun. 2009.

³⁶ PEROZZO, Matheus. *Reforma Ortográfica – Pare o trem!*, 2008. Disponível em meio eletrônico: <<http://casadogalo.com/reforma-ortografica-pare-o-trem>>. Acesso em 14 mai. 2009.

³⁷ TAVARES, Flávio. *Média de vírgulas*, 2009. Disponível em meio eletrônico: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2364062.htm>>. Acesso em 13 ago. 2009.

com a palavra *hipopótamo*, com ou sem acento, ela jamais vai falar *hipópotamo* ou *hipopotámo*, já que essa palavra já está internalizada, independente de acento.

Como se disse, os acentos orientariam a correta pronúncia apenas em palavras raras, como se pode observar no exemplo a seguir: O *transfuga* (desertor), o *janizaro* (soldado turco), o *zingaro* (cigano) e a *silfide* (mulher delicada) fugiram para *Sibaris* (cidade da Ásia) montados em *azemolas* (mulas).

A tendência seria ler as palavras acima como paroxítonas, pois a Língua Portuguesa é paroxítona (o francês é oxítono e o italiano proparoxítono, por exemplo). Por isso, nessas palavras raras, desconhecidas, os acentos orientariam a pronúncia, como se demonstra a seguir: o *trânsfuga* (desertor), o *janízaro* (soldado turco), o *zíngaro* (cigano) e a *sílfide* (mulher delicada) fugiram para *Síbaris* (cidade da Ásia) montados em *Azêmolas* (mulas).

Acrescente-se também como argumento contra a indispensabilidade da acentuação a abolição de acentos a que se procedeu em 1971. Como se sabe, nessa data, foram abolidos os acentos diferenciais de *ele/êlé*; *acordo/acôrdo*; *gosto/gôsto*, por exemplo. Também foram abolidos os acentos graves e circunflexos em palavras derivadas, como em *avózinha*, *chapéuzinho*, *avôzinho* etc. Pergunta-se se fizeram falta...

Mais argumentos? Se o trema, por exemplo, fosse realmente essencial, ele não seria tão esquecido e tão pouco empregado por alunos, em seus textos e pelos utentes da língua em geral. Acrescente-se, ainda, o fato de a norma lusitana não contemplar esse diacrítico e não interferir na pronúncia portuguesa. Foi essa, na verdade, a razão da eliminação do sinal, já que era apenas norma brasileira, de acordo com o Formulário Ortográfico de 1943.

Percebe-se nas falácias uma forte ligação com a norma tradicional. Porém, talvez os escritores não percebam que a norma que eles utilizam e tanto querem preservar, também foi resultado de reformas e decretos. Então, porque não escrevem em português arcaico?

7.5 O ABRASILEIRAMENTO DO PORTUGUÊS

7.5.1 Opiniões

Para sabermos escrever bem em Portugal teremos de saber como se escreve bem no Brasil. Isto fará algum sentido para uma criança ou jovem em idade escolar ou para algum professor? [...] Uma alternativa é o sábio conselho dos U2 de há quinze anos, nos tempos do Zooropa Tour: "WATCH MORE TV". Ou seja, veja mais telenovelas brasileiras e aprenda português.³⁸ (EMILIANO, 2008)

O Brasil é o grande país da cena internacional de amanhã e como já se acabou a época de ouro do investimento directo português no Brasil, usemos a língua. Como se o acordo fosse ajudar a agarrarmo-nos aos calcanhares de um país tão diverso... como se o impacto do AO fosse miraculosamente fazer o Brasil virar os olhos para Portugal como se de mais um estado federal brasileiro se tratasse.³⁹ (MIGUEIS, 2008)

Na mente dos acordistas portugueses existiu apenas um princípio: 'abrasileirar' o português, rapidamente e em força, numa subordinação servil, descarada e estúpida aos interesses brasileiros! Será que é com parvoíces destas que a língua portuguesa vai ganhar maior projecção internacional ou ser mais fácil de aprender por criancinhas e estrangeiros? Tenham juízo!⁴⁰ (DIAS, [?])

7.5.2 Comentários

É difícil dizer qual é a falácia mais recorrente – entre as seleccionadas – encontrada nas leituras a que se procedeu para a coleta de material que serve de subsídio para o presente trabalho. Nem foi objetivo desta monografia fazer uma abordagem estatística das ocorrências. Mas, indubitavelmente, a falácia agora em apreço, que recebeu o título de *abrasileiramento do português*, é encontrada com muita frequência, e quando se faz referência a esse aspecto, os ânimos se exaltam e a linguagem vem carregada de palavras e expressões que bem caracterizam a indignação.

Em relação à falácia, cumpre, de imediato, mostrar qual é o raciocínio especioso.

³⁸ EMILIANO, António. *Obrigatoriamente facultativo*, 2008. Disponível em meio eletrónico: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1906>>. Acesso em 25 jun. 2009.

³⁹ MIGUEIS, Ricardo. *Economia e língua*, 2008. Disponível em meio eletrónico: <<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/07/ricardo-migueis-economia-e-lingua.html>>. Acesso em 25 nov. 2009.

⁴⁰ Dias, J. Roque. *Não ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, [?]. Disponível em meio eletrónico: <<http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>>. Acesso em 12 ago. 2009.

Tem-se dito nesta monografia que a essência da língua não reside em sua representação gráfica. A essência, o que caracteriza a estrutura de um sistema linguístico, é sua gramática – a fonologia, a morfologia, a sintaxe. É por isso que a frase *A girl flertava com o boy no hall do hotel* é uma frase portuguesa, reconhecida por seus elementos estruturais, internos, pertinentes ao sistema. Portanto, é grave equívoco dizer-se que, apesar de Portugal estar cedendo mais em termos de grafia, conforme o próprio Acordo, estaria ocorrendo um *abrasileiramento do português*. Insista-se: é evidente que a língua continua sendo a mesma – tanto no Brasil, quanto em Portugal e nos demais países – já que não ocorre qualquer alteração em seu sistema. O léxico, como afirma Brasil (2009), continuará o mesmo em todos os países que participam do Acordo. Inclusive no Brasil que, naturalmente, já convive com os regionalismos lexicais. Podemos citar vários exemplos como o da palavra *abóbora*, utilizada no sul e da palavra *jerimum* utilizada no nordeste do país.

O que se pode discutir aqui é se a modalidade brasileira da Língua Portuguesa está influenciando, ou não, a variante lusitana.

No que tange a esse aspecto, parece não restar nenhuma dúvida. Para bem se entender o fenômeno em curso há que se invocar alguns princípios linguísticos formulados ao longo do desenvolvimento das ciências da linguagem, sempre a partir da observação acurada da estrutura, do funcionamento e das mudanças linguísticas. Cabe, por ora, citar as relações entre línguas em contato. Câmara Júnior (1981) define as influências em *substrato*, *superstrato* e *adstrato*. O *substrato* é o nome que se dá à língua que é abandonada em proveito de outra que se impõe a ela; já o *superstrato* é o nome que se dá à língua de um povo conquistador, que a abandona para adotar a língua do conquistado. O *adstrato*, ainda para Câmara Júnior, é o bilinguismo que se dá quando essas línguas entram em contato, e que se relacionam como fonte permanente de empréstimos. Portanto, tudo que foi dito acima, é prova de que as línguas mudam e sofrem influências quando entram em contato.

As línguas fazem parte da cultura de um povo e são reflexo dela, do povo e das nações que as falam. Para não citarmos casos antigos, como o que se deu com o latim na península ibérica, basta observarmos a quantidade de palavras em inglês que utilizamos para nos referir a diversos elementos essenciais no nosso cotidiano: *delete*, *shampoo*, *mouse*, *fast food*, *milkshake*, *browse*, *delivery*, *hotdog* etc. Nesse caso, não estamos nos referindo à dominação territorial, mas à dominação cultural

dos Estados Unidos sobre o Brasil no final do século passado. E, como já dissemos, a língua é, também, espelho da cultura que, neste caso, era a dominante no Brasil.

Pode-se observar que Brasil e Portugal mantêm relações econômicas, comerciais e culturais desde 1500. Observe-se também que o Brasil está predestinado a se tornar potência mundial. O que é de se esperar, então, da variante brasileira senão que se torne a variante de maior expressão entre todas as variantes? Basta observarmos a dominação cultural do Brasil em relação a Portugal, principalmente com as telenovelas e músicas brasileiras. O que não significa que o português, por causa da representação gráfica modificada, seja abrasileirado. Significa que a língua, como tem relação com a dominação cultural, estará realmente com a variante brasileira no topo.

8 CONCLUSÃO

A presente monografia aproveita a oportunidade em que o Acordo Ortográfico esteve e está sendo amplamente discutido pelos falantes da língua – blogueiros, escritores, professores, especialistas, etc – para refletir sobre alguns aspectos linguísticos a partir da observação e sistematização de falácias encontradas em textos motivados por aspectos pertinentes à questão ortográfica.

Para tanto, procedeu-se ao levantamento de falácias relacionadas à questão ortográfica, a partir de materiais que tratam do Acordo Ortográfico de 1990; posteriormente foram sistematizadas e teceram-se comentários a respeito com o intuito de desfazerem-se concepções errôneas sobre língua.

A partir dos textos analisados, chegou-se a cinco falácias, assim denominadas: *a facultatividade*; *ortografia: identidade nacional*; *a convencionalidade*; *a indispensabilidade da acentuação* e *o abrasileiramento do português*.

É de se registrar, antes de tudo, o número espantoso de textos e de opiniões produzidas por causa do Acordo. Por especialistas e não especialistas; por quem se propunha uma análise desapassionada e por quem buscava expressar a sua paixão pela língua, pela tradição, pela pátria; por quem levava em conta fatos econômicos, políticos, sociais, culturais, linguísticos e por quem, considerando-se legitimamente como condômino da língua, achava-se no direito de expressar sua opinião a respeito do assunto. Todo esse material poderia ser reunido sob duas rubricas: a linguística do senso comum, da não-ciência X linguística.

Ainda de se registrar, como comprova fartamente o vasto material produzido sobre o assunto, que a questão ortográfica é a questão mais polêmica da língua, iniciada nas últimas décadas do século XIX, permanecendo viva ao longo de todo o século XX e que chega até hoje acirrando os ânimos.

A tudo isso importa acrescentar que o Acordo de 1990 teve o especial mérito de colocar a língua e a ortografia na pauta das discussões das Academias, das universidades, das escolas, dos canais de comunicação, das mesas de bar; de doutores, professores, especialistas e de não especialistas.

A partir da leitura de numerosíssimos textos sobre o assunto, que propiciaram a sistematização de falácias, pode-se dizer que um dos aspectos mais relevantes que orientam a apreciação ou a emissão de juízo ou pareceres a respeito do Acordo, é o sentimento nacionalista, fato que leva a uma visão distorcida do

problema. É o sentimento nacionalista que subjaz a duas falácias sistematizadas nesta monografia: *identidade nacional* e *o abasileiramento do português*.

A ortografia portuguesa passou, ao longo de sua história, por diversos períodos: acordos, desacordos e tentativas de acordos, sempre sob fortes polêmicas. Na maioria das vezes, o clamor era insuflado pelo medo da novidade, pelo espírito reacionário, pela emoção, pelo desconhecimento do assunto, pelo sentimento nacionalista.

Admite-se, então, que o Acordo 1990 não seja um tratado de lógica, algo coerente, perfeito (lembre-se de que nenhum acordo é). Mas isso não é razão para que certas falácias sejam proferidas e disponibilizadas ao público com tanta facilidade – por meio da internet –, visto que, ao proferirem ideias distorcidas sobre língua e ortografia, os leitores interessados na questão ortográfica ficarão possuídos de ideias também errôneas e completamente acientíficas.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. SILVA, Maurício (org.). SILVA, Maurício (org.). *Ortografia de Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-16.

BORGES, Lucinda Cavalcante; SALOMÃO, Nádya M. R. *Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social*, 2003. Acesso em 22 nov. 2009. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a13v16n2.pdf>>.

BRASIL, Luis Antonio de Assis. Acordo ortográfico: uma questão de necessidade. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESE, J.C. (orgs.). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 63-72.

BRITO, Bruno. *Racismo, xenofobia e nacionalismo*, 2009. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 19 nov. 2009. Disponível em: <<http://blog.brunobrito.net/2009/01/racismo-xenofobia-nacionalismo>>.

CAGLIARI, Luiz. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício (org.). *Ortografia de Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 17-52.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CÂMARA, Pedro Sette. *Ainda, ainda o acordo ortográfico*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 23 jun. 2009. Disponível em: <<http://atlantico.blogs.sapo.pt/1563639.html>>.

CASTRO, Silvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

DIAS, J. Roque. *Não ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, [?]. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 12 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>>.

EDITORIAL do semanário Expresso. *Viva o Acordo Ortográfico*, 2007. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/viva-o-acordo-ortografico=f181153>>.

EMILIANO, António. *Fixar o Caos Ortográfico*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 12 jul. 2009. Disponível em: <<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/06/fixar-o-caos-ortografico.html>>

_____. *Obrigatoriamente facultativo*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 25 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1906>>.

FILHO, D'Silvas. *A diferença entre Portugal e o Brasil no interesse pela nossa língua comum*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 18 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1876>>.

FONSECA, Arlete. *Mudanças ortográficas: necessárias, desnecessárias e tímidas?*, 2007. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 23 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1421>>.

GONZAGA, Luiz. *Aprenda Português Pesquisando Formas Variantes*, [?]. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 16 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.portugues.com.br/luizg3.htm>>.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Nação, Nacionalismo, Estado*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 17 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.funceb.org.ar/pensamiento/nacao.pdf>>

KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (org.). *Ortografia de Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 53-94.

KIEFER, Charles. Questões táticas e estratégicas do Acordo Ortográfico. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 87-89.

LUFT, Celso. *Língua e liberdade*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MANIFESTO em Defesa da Língua Portuguesa, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>>.

MICHAELIS. Dicionário em meio eletrônico. Acesso em 17 nov. 2009. Disponível em meio eletrônico: <<http://michaelis.uol.com.br/>>.

MIGUEIS, Ricardo. *Economia e língua*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/2008/07/ricardo-migueis-economia-e-lingua.html>>.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 31 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOREIRA, M. E. ; SMITH, M. M; BOCCHESI, J. C. ANEXO: Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa In:_____. *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 163-200.

MOURA, Vasco Graça. *Acordo ortográfico: a perspectiva do desastre*, 2008a. Disponível em meio eletrônico: Acesso em: 15 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/articles.php?rid=1675>>.

_____. *O prémio*. 2008b. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 16 jun. 2009. Disponível em: <<http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1638>>.

_____. *Quarta-feira de cinzas*, 2009. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 25 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=2032>>.

NASCIMENTO, Ariel. *Formas variantes da Língua Portuguesa*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 16 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.castelodemarfim.com/2008/09/formas-variantes-da-lingua-portuguesa.html>>.

NUNES, Célio. *Uma reforma desnecessária e dispendiosa*, 2007. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 28 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.destaquenoticias.com.br/index.php?act=leitura&codigo=4894>>.

OLIVEIRA, Ângela M. A. *Política e polêmicas linguísticas na casa dos imortais*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 19 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum24/Artigo5.pdf>>.

PEROZZO, Matheus. *Reforma Ortográfica – Pare o trem!*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 14 mai. 2009. Disponível em: <<http://casadogalo.com/reforma-ortografica-pare-o-trem>>.

POSSENTI, Sírio, 2007. *Escrever e ler corretamente*. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 24 nov. 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O11637124-E18425,00.html>>

REIS, Carlos. Acordo Ortográfico: Para além de Portugal. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 73-85.

ROCHA, Bárbara. *Por que sou contra o acordo ortográfico*, 2009. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/por-que-sou-contra-o-acordo-ortografico>>.

SCARTON, Gilberto. A orthographia da lingua portugueza, que virou ortografia – História dos (des)acordos. In: MOREIRA, M.E.; SMITH, M.M.; BOCCHESI, J.C. (orgs.). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 21-46.

_____. *Crítérios que regem a nossa ortografia*. Polígrafo Escolar, 2008, p.1-9.

TAVARES, Flávio. *Média de vírgulas*, 2009. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2364062.htm>>.

TAVARES, Rui. *O significado de não-acordo*, 2008. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1670>>.

ORIGEM, e orthographia da lingua portugueza. Texto original de 1784. Disponível em meio eletrônico. Acesso em 19 nov. 2009. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/origemeorthograp00nuneuoft/origemeorthograp00nuneuoft_djvu.txt>.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Textos Arcaicos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1959.